

PM mata cinco garimpeiros e libera ferrovia no Pará

Marabá (PA) — Rodolfo Oliveira

Antonio José

MARABÁ (PA) — Duzentos soldados da Polícia Militar afastaram a tiros os quase 4 mil garimpeiros que bloqueavam a ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, a 10 quilômetros de Marabá. Cinco garimpeiros morreram e 20 foram feridos. A ação da PM teve início às 19h e em poucos minutos foram liberadas a ferrovia de Carajás e a rodovia PA-150, esta com enorme fila de veículos. Um casal de garimpeiros foi assassinado pelos soldados da PM em frente à estação de passageiros da empresa Transbrasiliana. Os garimpeiros vinham em direção à cidade quando o casal, ainda não identificado, tentou correr e foi morto.

A polícia chegou pela cabeceira da ponte no lado de Marabá, e surpreendeu os garimpeiros na hora em que estavam em filas, na sua maioria, para receber rações. Os soldados ocuparam uma pista da estrada e deixaram outra para os garimpeiros passarem na fuga. Mas, como chegaram atirando, o tumulto se generalizou. Houve um pandemônio, com gente correndo para o mato, nas laterais das estradas, jogando-se no rio Tocantins e sendo pisoteada.

Até as 20h, suspeitava-se que alguns garimpeiros tivessem morrido ao saltar da ponte ou afogados. A maior parte que estava do lado de Marabá, no entanto, escapou em tempo. Pelos relatos, mais de 20 garimpeiros pelo menos foram feridos a bala, enquanto idêntico número apresentava escoriações em consequência das agressões sofridas com cassetetes, botinadas e socos.

Os garimpeiros que fugiram para o lado de Marabá começaram a se concentrar em frente a uma igreja, para tentar uma reação, afinal não realizada. A polícia foi chamada para proteger o

prédio da prefeitura, local das tentativas de negociações nas últimas 48 horas. Todo o comércio de Marabá começou imediatamente a fechar suas portas, com medo de depredações. Ao que se sabe, a intenção dos garimpeiros é atacar instalações do governo e, se possível, da Vale do Rio Doce, mas os líderes do movimento não admitem essa hipótese.

Todos os feridos no tiroteio armado pela polícia deverão ser levados para Serra Pelada, que fica a 130 quilômetros de Marabá. Até as 20h30min, os policiais não permitiam fotografias no local do incidente.

Reforço— Outro choque com soldados da Polícia Militar, em Paraopebas, a 130 quilômetros de Marabá, na madrugada de terça-feira, já havia deixado feridos pelo menos 25 garimpeiros de Serra Pelada, que estão internados no hospital local, informaram líderes de garimpeiros que chegaram a Marabá.

O grupo que entrou em choque com a Polícia Militar se deslocava de Serra Pelada para reforçar o bloqueio da ponte rodoferroviária de Marabá.

Os garimpeiros Francisco Eloy, de 40 anos, com um profundo corte no supercílio esquerdo, e Clemente Teixeira, com escoriações, disseram na manhã de ontem a jornalistas, em Serra Pelada, que o grupo viajava tranquilamente quando foi surpreendido pelos soldados. Durante o conflito, a maioria dos garimpeiros teria sido saqueada, perdendo inclusive dinheiro. Logo depois do confronto, os soldados deixaram novamente livre aquele trecho da estrada PA-150.

De acordo com os relatos dos garimpeiros, a presença dos soldados era para evitar o reforço do bloqueio em Marabá e o acesso dos garimpeiros às instalações da Companhia Vale do Rio Doce.



Bloqueio iniciado no domingo parou trens e caminhões até ontem à noite.

Primeira noite foi muito tranquila

Acostumados à vida dura e difícil de Serra Pelada, os garimpeiros que estavam obstruindo a ferrovia Carajás—Ponta da Madeira e a rodovia PA-150, passaram sua primeira noite sem maiores problemas, demonstrando muita resistência. Inúmeros grupos ficaram a noite toda sem dormir, acompanhando as negociações das lideranças com as autoridades locais, representantes do Ministério do Interior e do governo do Pará. Contaram anedotas, cantaram e falaram de suas aventuras no garimpo. Quase todos têm sotaque nordestino. Os mais envolvidos na mobilização da categoria procuraram durante a noite elevar o moral dos companheiros, que pareciam desanimar com a falta de solução para o problema de Serra Pelada.

Sob um céu claro, os garimpeiros se movimentaram constantemente pela ponte rodoferroviária. Radinhos de pilha ajudaram a espantar a monotonia. Muitos, porém,

adormeceram no asfalto. Outros acabaram ocupando os ônibus retidos pelo movimento deflagrado na noite de domingo.

O abastecimento foi precário, mas havia promessas de que, se o bloqueio fosse mantido por mais dias, a situação iria melhorar.

A garimpeira Elzira Damasceno percorreu toda a extensão da concentração animando os homens. Ela tem 28 anos e há dois está envolvida com a organização dos garimpeiros de Serra Pelada, ao lado de seu marido, Luís. "O garimpeiro é um homem diferente, cujo espírito está sempre cheio do desejo de aventura e de muita coragem. Não vai ser a fome que vai nos desmobilizar. Estamos lutando pelo que é nosso e garimpeiro que é homem não foge da luta. Os que não forem, vão certamente desertar". (A.J.)

Serra Pelada, de Curió a Nelson Marabuto

João Sant'Anna

Serra Pelada é o único garimpo brasileiro criado por lei e pago pelo contribuinte: 50 milhões de dólares entregues pelo governo à Companhia Vale do Rio Doce, proprietária da área onde garimpeiros descobriram uma monumental mina de ouro.

Negócio fechado, assumiram o garimpo o major Curió e sua equipe de civis e militares oriundos da repressão à guerrilha do Araguaia. Quando Curió começou aplicar em Serra Pelada métodos parecidos com os que desenvolveu na guerrilha, a Marinha, que participava da administração através do doutor César, um capitão-de-mar-e-guerra dos quadros do Cenimar, afastou-se de lá.

O major Curió, que tanto perseguiu os compradores de ouro, é hoje, ele mesmo, um comprador de ouro. Sua equipe, que assumira a direção da Coogar (Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada), a fachada para a intervenção governamental no garimpo, manteve-se no poder até há cerca de um ano, quando uma revolta dos garimpeiros incendiou a sede da cooperativa e, junto, os arquivos, inclusive as contas dos credores.

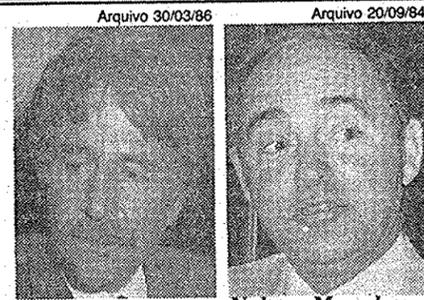
Intervenção — É justamente nos débitos da cooperativa que está a raiz do conflito que hoje ameaça estremecer Marabá. Uma corrente no garimpo, da qual é figura principal Milton Gatti, secretário-geral do Sindicato de Garimpeiros da região, defende o uso do dinheiro dos reajustes do ouro (paládio e prata) para o pagamento das dívidas.

São os maiores credores a Construtora Brasil, encarregada do primeiro rebaixamento em Serra Pelada, e o próprio Milton Gatti, na verdade um grande fornecedor de combustível à cooperativa e um dos maiores proprietários de barrancos para retirada do ouro.

O Banco Central, responsável pela administração do ouro extraído de Serra Pelada, aceita devolver o valor da prata e do paládio recuperados do ouro, sob a forma de rebaixamento dos barrancos, isto é, em serviços. Entende o Banco Central que a prata e o paládio são propriedade dos milhares e milhares de garimpeiros que atuaram e atuam em Serra Pelada, e não um bem disponível para pagamento de dívidas duvidosas.

Esta posição levou ao impasse o grupo de trabalho criado por lei do Congresso e encarregado de estudar a permanência definitiva dos garimpeiros em Serra Pelada, hoje um imenso buraco cercado por montes de rejeitos ainda ricos em ouro, que volta e meia desabam e soterram garimpeiros (daí a necessidade de rebaixamento dos barrancos).

Criado em maio, o grupo de trabalho era dirigido por Sigifredo Francisco Carlos Giordano, ex-funcionário da área de ouro da Caixa Econômica Federal, e Nelson Marabuto, que foi presidente da



Major Curió

Nelson Marabuto

Funai e subsecretário de Segurança no Rio de Janeiro no começo do governo Moreira Franco. Havia representantes da Polícia Federal, do DNP (Departamento Nacional de Produção Mineral), Banco Central e governo do Pará.

O prazo legal para a entrega do relatório ao Ministério do Interior era 30 de novembro. No dia 26, entretanto, foi decretada a intervenção em Serra Pelada, a pretexto de falta de entrega de relatórios. Os documentos haviam sido queimados e, depois disso, duas outras diretorias já tinham ocupado a direção da cooperativa.

Em reunião do dia 8 de dezembro, relatório apresentado por Sigifredo Francisco e Nelson Marabuto propunha a aplicação de CZ\$ 500 milhões para recuperação do garimpo, com o pagamento das dívidas e compra de maquinário com isenção de impostos. Integrantes do grupo recusaram-se a assinar o relatório sem antes examiná-lo e protestaram contra a intervenção. Nesta reunião, não estava mais o representante do DNP, que pedira demissão.

Auditoria — Na segunda reunião, no dia 14 de dezembro, em Brasília, o presidente da junta interventora em Serra Pelada também pediu demissão. Alegou que corria risco de vida no garimpo, enquanto os outros integrantes do grupo ficavam nos gabinetes refrigerados de Brasília. Ele questionou a demissão de 39 funcionários da cooperativa, que sequer tinha dinheiro para pagar as obrigações trabalhistas.

O presidente da junta questionou também o fato de a auditoria só ter sido feita na cooperativa e informou que, quando tentou fazer o levantamento dos débitos alegados pela Construtora Brasil, na Caixa Econômica de Marabá, foi aconselhado pelo próprio pessoal da CEF a não mexer naquilo, porque era perigoso e a deixar o levantamento para "o pessoal de cima" resolver.

Os coordenadores, Sigifredo Francisco e Nelson Marabuto sugeriram que o representante da Polícia Federal assumisse a presidência da junta interventora. O representante da Polícia Federal não concordou, afirmando que aquilo não era função da polícia. A reunião durou o dia inteiro e não conseguiu resolver o problema. Marabuto é, hoje, coordenador da junta interventora.

No dia 17 deste mês, finalmente, o relatório foi apresentado ao ministro do Interior, João Alves. O ministro estranhou não haver levantamento técnico sobre o potencial de produção de ouro, questionou a aplicação de dinheiro a fundo perdido e marcou nova reunião.